

33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Ciências Sociais
De 26 a 30 de outubro de 2009, Caxambu (MG);

GT 04: Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades
sociais.

**A vida em baixo da reciclagem: disparidades entre os significados de
uma mesma questão social.**

Cristiano Benites Oliveira
Mestrando em Ciências Sociais – PUCRS
E-mail: oliveiracb75@gmail.com.br

Introdução

De forma contrária, ao que se pensa corriqueiramente. As relações que estruturam os ciclos da cadeia produtiva da reciclagem, não se inscrevem apenas no interior dos fenômenos de natureza econômica e/ou ecológica. Essas relações se ramificam profundamente, também, em âmbitos políticos e culturais. E, principalmente, dizem respeito à dimensão social, que constitui e perpassa todos os âmbitos anteriores.

Estas relações, entretanto, se referem à certas formas históricas de como a sociedade se relaciona com os subprodutos de seu consumo, com as instituições que lidam com ele, e com as pessoas que trabalham e procuram viver, organizar, além de dar sentido aos diversos laços sociais que emergem da geração, da destinação e da reciclagem de boa parte dos resíduos urbanos.

No entanto, a reciclagem se apresenta como que constituída, historicamente, por relações demasiado problemáticas, poderíamos dizer, até perversas. Porque, mesmo com todos os apelos que surgem do discurso caracterizado pelo “ambientalmente correto”. O modelo vigente de reciclagem no Brasil já condenou e continua a condenar milhares de trabalhadores a uma vida miserável e sem perspectivas de, sequer, ter acesso a direitos que representem um mínimo de garantias sociais vinculadas ao trabalho e à vida urbana.

Pois, ao se apresentar como um processo industrial e mercadológico dentro de uma lógica de acumulação de capital. A reciclagem se mostra, em sua estrutura atual, como causadora de uma questão social, advinda de desigualdades e exclusões históricas e contemporâneas. Muitas vezes, tal questão social nos chega parecer quase que totalmente insolúvel.

Sendo assim, estudar e interpretar os significados das relações sociais que realizam a reciclagem no limiar desta primeira década do século XXI, constitui para nós, uma tarefa dotada de alta complexidade. Ainda mais, dada a gravidade da questão social da reciclagem. Da qual, os catadores são, ao mesmo tempo, os atores e as vítimas centrais de seus processos.

Neste sentido, os catadores de materiais recicláveis representam uma parte extremamente significativa do processo de reciclagem. Em função de suas características humanas, sociais e históricas. Entretanto, as relações sociais protagonizadas por eles permanecem, ainda, lamentavelmente envolvidas em um alto grau de opacidade.

Contudo, tal opacidade não deriva apenas da condição marginal e da posição socialmente subordinada dos catadores, em meio ao desenvolvimento dessa indústria em

nosso país. Mas, também, em função das formas como a reciclagem é percebida e interpretada pelos distintos setores sociais. Onde são geradas diferentes formas de visualizar e de valorar as questões que envolvem os processos sociais e os ciclos produtivos da reciclagem.

Os distintos significados, que emergem destas formas díspares de valoração, acabam por acarretar uma “batalha” pelo sentido da coleta da e reciclagem de resíduos. Como ilustração, podemos citar as percepções diversas entre, por exemplo, determinados setores dos poderes públicos municipais e os catadores. Sendo que é, nesta luta travada entre os significados, que pode-se constituir um espaço público, onde, as discussões, em torno a estas díspares formas de valoração podem ser levadas a termo.

Assim, para tentarmos compreender e explicar os principais aspectos das relações sociais que envolvem a reciclagem. Precisamos investigar, alguns significados que estruturam os diferentes discursos sobre as mesmas problemáticas sociais relacionadas aos ciclos que abarcam a destinação dos resíduos urbanos. Bem como, os encaminhamentos que podem ser tomados como forma de equacionamento destas problemáticas que configuram os catadores e a “questão social da reciclagem”.

Para tanto, veremos os significados que vem tomando hegemonicamente a reciclagem na sociedade atual. Primeiramente, veremos as significações da reciclagem como um procedimento técnico, econômico e ecológico de lidar com resíduos. Para depois vermos o sentido da reciclagem enquanto geradora de uma questão social. Situada, primeiramente, em contextos mercadológicos, caracterizados pela manutenção de desigualdades sociais. E, em segundo lugar, como uma questão social que se localiza no conjunto de contextos urbanos, caracterizados por processos excludentes. Para que, ao final destes apontamentos, possamos compreender melhor os conflitos que se geram em torno dessas diferentes significações oriundas de atores em pé de desigualdade em termos de riquezas materiais e de poder político.

Ao assim procedermos, esperamos interpretar mais adequadamente algumas relações sociais que se estabelecem nos processos e nas instituições que lidam com a reciclagem. E com as formas vigentes que tomam os encaminhamentos práticos dados a esta questão social.

Discurso hegemônico sobre resíduos e advento da reciclagem enquanto fenômeno técnico, econômico e ecológico

A preocupação com os resíduos e com a destinação dos mesmos, nos parece ser muito maior do que a preocupação com o próprio ser humano que sobrevive do trabalho com estes resíduos.

Isso porque, a assim chamada, “questão do lixo” foi e vem sendo, atualmente um dos mais graves problemas ambientais urbanos. Sendo que, conforme Sewell (apud LAYARGUES, 2002, p. 179), as tantas resistências contra a proliferação indiscriminada do volume de resíduos se devem a cinco pontos principais de motivação: a saúde pública, a estética urbana, os custos de recolhimento e processamento, a ocupação de cada vez mais espaço para depósitos de lixo e o esgotamento dos recursos naturais.

Assim, tais motivações relacionadas com a geração e o descarte excessivo de resíduos, passam a tomar os debates públicos e a desafiar todos os setores da sociedade brasileira. Sobre as formas mais adequadas para equacionar a problemática do acúmulo extremo de lixo urbano.

Resíduos, que se modificaram em sua composição porque os padrões de consumo eram outros. Por exemplo, há quarenta anos atrás, o consumo das pessoas era mais básico, mais simples, levava-se para casa somente o necessário. Mas, em função das mudanças resultantes do, assim chamado, “*fenômeno técnico-sócio-econômico*”, consolidou-se a geração, quase que absurda, de embalagens e produtos com vida útil reduzida e que, por isso, vem se tornando cada vez mais descartáveis (STREB e BARBOSA, 2004, p. 2-4).

Surge, assim, a necessidade de obter-se o controle dos resíduos. No sentido de sua minimização. Em função, principalmente, dos impactos ambientais que estão relacionados à geração e destinação desordenada dos mesmos. Estas idéias foram defendidas e firmadas pela Agenda 21 (LAYARGUES, 2002; STREB e BARBOSA, 2004).

A necessidade de controle sobre a geração e sobre o volume de lixo fez surgir diversas proposições de caráter “técnico”, tais como, a incineração, a digestão anaeróbia, a compostagem, a coleta seletiva ou a própria triagem pós-coleta convencional do lixo (HISATUGO e JÚNIOR, 2007, p. 207).

Mas, a principal solução, de ordem “técnica”, mais festejada para a problemática dos resíduos foi a reciclagem. Onde, a prática desta na sociedade atual apresenta-se, como que significando um “*emblema de modernidade*” (STREB e BARBOSA, 2004, p. 13). Pois sua prática ao ser amplamente divulgada pela mídia, vem assumindo o sentido de ser “politicamente correta” por fazer parte dos esforços de redução volume de lixo que seria indevidamente depositado na natureza. A ponto de ao se “*aplicar a um produto um selo ou inscrição atestando que o mesmo foi feito de material reciclado tornou-se gesto tão meritório quanto se manifestar em favor dos direitos humanos ou da democracia*” (MAGERA apud IDEM).

Dessa forma, tamanho prestígio angariado pelos atos da reciclagem advém, principalmente, da solução que a mesma representa ser à “questão ambiental” e aos demais problemas ela relacionados. Tanto que, no Brasil, conforme dados de 2006 obtidos pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE apud HISATUGO e JÚNIOR, 2007, p. 207), temos atingido índices globais de reciclagem realmente invejáveis. Tais como, o de reciclagem de latas de alumínio, 95,7%; o de papel ondulado (papelão), 79%; de vidro, 46%; e de garrafas PET, 48%.

Entretanto, em meio a esta euforia de índices, se torna mais difícil situar o pólo emanador destes discursos. Neste sentido, para traçar aspectos importantes da trajetória de configuração desta prática discursiva, Layargues (1998, p. 55-56) nos conduz a uma indagação fundamental sobre a iniciativa privada. Como que os empresários, que sempre foram considerados os “vilões do meio-ambiente”, estariam adquirindo progressivamente um grau de conscientização mais elevado com relação aos problemas ambientais? Ou, não seria por que eles estariam, no fundo, mais atentos às novas oportunidades econômicas que a simples consideração de variáveis ambientais traria consigo?

Fonseca e Nardim (apud IDEM, p. 58) colocam que, a partir da década de 80, os representantes dos países do “primeiro mundo” e os segmentos, que se julgam mais esclarecidos dos países periféricos, vêm incorporando gradualmente a variável ambiental em seus planos, isso indica uma crescente responsabilização tanto de indivíduos quanto de setores sociais com relação à defesa do meio-ambiente nas sociedades ditas avançadas. Onde, a questão ambiental se torna uma variável decisiva, inclusive, para o próprio processo de acumulação de capital. Neste sentido, muitas das novas tecnologias e processos são pensados para proporcionar, em seu funcionamento, a economia de

recursos materiais e energéticos, trazendo possibilidades plenas de servirem como “*marketing ecológico*”.

Porém, segundo o mesmo autor (2002, p. 182-183), o discurso ecológico oficialista que é praticado por empresários e setores tecnocráticos dos poderes públicos veiculam a “questão do lixo” como sendo o significado, antes de tudo, um de problema de natureza técnica, e não de ordem social, cultural ou política. Assim, para citar um exemplo, de como os significados que emergem do discurso oficialista não permitem que sejam concebidas outras dimensões da problemática dos resíduos. Como o fato da geração indiscriminada de lixo ser fruto claro de uma cultura consumista¹.

Sendo que a concepção que vigora sobre a geração indiscriminada dos subprodutos do consumo. É aquela que é disseminada pela Agenda 21, que classifica o consumo atual como sendo um “*consumo insustentável*”. O que pressupõe a possibilidade da existência de um “*consumo sustentável*” a ser proporcionado através da união entre a reciclagem, os processos e as tecnologias limpas. Além de, de quebra, trazer eficiência ao aumentar a produtividade e a lucratividade das empresas de modo “sustentável”. Entretanto, a Agenda 21, como uma expressão do discurso ecológico oficial, acaba por desconsiderar a dimensão cultural que conforma o consumismo contemporâneo como o grande causador da geração e disposição desordenada de lixo. Até mesmo, chegando a ser omissa quanto à necessidade de redução dos níveis de consumo atualmente praticados (IDEM).

Assim, em sua visão tecnicista, a reciclagem consiste em, apenas, reinserir produtos descartados em um novo processo de produção com a finalidade de reintroduzi-los no mercado, onde se tornaram de novo resíduos do consumo, e assim sucessivamente. Sendo que, além da economia de energia que seria despendida em um processo convencional de produção. Ao se transformar resíduos em matérias-primas recicláveis, se estaria reduzindo o volume de lixo a ser destinado para a disposição final (STREB e BARBOSA, 2004, p. 11).

Entretanto, a reciclagem, assim, concebida e praticada não representa qualquer efeito de mudança para o atual padrão cultural vigente. Nem em relação ao consumo. E,

¹ Este autor situa o consumismo como sendo: “*uma questão eminentemente cultural, relacionada à incessante insatisfação com a função primeira dos objetos em si (...)*”, que em uma “*sociedade materialista e devotada à cultura do consumismo, a frugalidade rima com sacrifício, privação, renúncia, já que a posse de bens materiais caracteriza a felicidade proporcionada pelo consumo*” (LAYARGUES, 2002, p. 182).

muito menos, em relação aos sujeitos que operam a destinação dos materiais provenientes do consumo para a mesma reciclagem.

Esta forma de conceber os significados provenientes dos processos que compõem a reciclagem, não modifica em nada a relação nem com as causas da geração extrema de lixo, e muito menos, com as pessoas que com ele trabalham. Pois a reciclagem significaria apenas uma prática técnica, muito distante de poder se converter uma prática social reflexiva transformadora de mentalidades e de padrões culturais.

Já em relação às pessoas que trabalham com a coleta dos materiais que alimentam a reciclagem. Layargues (2002, p. 192-193) nos lembra que a reciclagem possui, historicamente, uma importante função social no Brasil. Justamente, porque constitui uma oportunidade exclusiva e até única de obtenção de renda para os setores pobres que vêem nos materiais recicláveis uma chance de conseguir viver do próprio trabalho. Ainda que seja de forma precária.

No entanto, o discurso ecológico oficial transformou a reciclagem num “ato ecológico”, esvaziando-a de seu conteúdo e de sua função social. Ao assim proceder, fez com que os consumidores se responsabilizassem pelo ato de destinar diretamente os resíduos gerados à reciclagem. Isto acaba por tornar o catador um sujeito desnecessário até para a reciclagem. Pois os materiais que se destinam às indústrias deixam de passar pelas mãos dos catadores, sendo encaminhados diretamente pelos seus geradores. Dessa forma, mesmo sem saber, o consumidor “*ao assumir a reciclagem como um ato ecológico, aprofunda um problema social*” (IDEM).

Portanto, o discurso da “*ecoeficiência industrial*” trás implícito em si, o significado da inutilidade do catador. Pois, o material pós-consumo pode ser muito bem armazenado pelo próprio gerador do resíduo que o direcionaria diretamente às indústrias recicladoras, através da, assim chamada, “*logística reversa*”. Desta forma, Silva e Rosado (2009, p. 9) sintetizam, ao mesmo tempo que, questionam este processo produtivo que não passaria pelas mãos dos catadores, da seguinte forma:

“O trabalhador cuja força de trabalho, tida como “único bem negociável” se torna “inútil” para o sistema produtivo e acaba sendo reduzido a “um corpo que pesa para a sociedade”. Mas, contraditoriamente, quem fornece as maiores quantidades de materiais pós-consumo para serem aproveitados pela indústria que com eles lucra ainda mais? Eis a grande armadilha da reciclagem”.

Assim, mesmo com toda uma enorme problemática social, geralmente, são feitas muito mais referências com relação às questões econômicas e ambientais que tangenciam a reciclagem de resíduos. Ou seja, mesmo estas questões sendo mais recentes, e estando envoltas em uma áurea de “boas novas”. Elas vêm tomando conta dos debates públicos, em função da “descoberta” de “novas” fontes de riqueza provenientes do lixo e das possibilidades de preservação ambiental, que envolvem as práticas de destinação correta, coleta e reciclagem de resíduos sólidos urbanos. Estes significados serviram, de uma certa, forma para tornar secundária uma questão, muito mais antiga, e tão grave quanto urgente que nos remete a reciclagem e os significados que emergem de sua dimensão social e humana.

Reciclagem e questão social

A questão social, de acordo com Castel (apud WANDERLEY, 2004, p. 55), é uma dificuldade lógica, ou uma “*aporia fundamental*” que as sociedades enfrentam ao se indagarem a si mesmas sobre as possibilidades de sua coesão ou sobre o risco de sua fratura. Ou ainda como sublinha o próprio Castel (2004a, p. 238): “*É, em resumo, um desafio que questiona a capacidade de uma sociedade de existir como um todo, como um conjunto ligado por relações de interdependência*”.

Porém, para ser compreendida mais adequadamente a questão social deve ser visualizada como um processo onde se estabelecem as possibilidades de coesão societal sob determinadas condições. Assim como, também, tal coesão pode ser rompida como um meio para se abrir caminho a profundas mudanças sociais (WANDERLEY, 2004, p. 56).

Na América Latina, a questão social é fundada no interior das assimetrias de poder em suas dimensões políticas, econômicas e culturais. Sendo estes desníveis de poder acentuados, dessa forma, pela concentração de riqueza por parte de alguns setores, em detrimento à pobreza generalizada da maioria da população. O que configura formas extremas de desigualdade que acabam tendo impactos enormes sobre a vida cotidiana e sobre as instituições das sociedades em questão (IDEM, p. 58).

Assim, considerando que os catadores permanecem submetidos, já há muitas décadas, a uma economia quase que submersa e invisível que se estima economicamente muito vantajosa. Sendo extremamente explorados em sua força de trabalho. Pois, no processo produtivo da reciclagem são eles os que mais expõem seus corpos e os que

menos percebem os lucros que são angariados com seu trabalho (EQUIPE, 1991, p. 73). Ao serem consolidadas tais formas de desigualdade em meio aos ciclos produtivos da reciclagem. Os catadores, dessa forma, representam e expressam significativamente o que é a questão social da qual são, simultaneamente, vítimas e protagonistas.

Vejamos agora alguns fatores do mercado de recicláveis que insistentemente contribuem para que a realidade social dos catadores se mantenha a mesma no decorrer do tempo.

Catadores e mercado de recicláveis

Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), o mercado do lixo faz girar uma economia por meio de orçamentos públicos pelas cidades do mundo em torno de 267 bilhões de dólares por ano (PANORAMA, 2007, p. 114), onde só o mercado de lixo municipal (coletado pelas prefeituras, que inclui o lixo residencial e em alguns casos o do comércio) nos países ricos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é avaliado em US\$ 120 bilhões ao ano. Com relação aos materiais recicláveis se estima um mercado que movimenta 600 milhões de toneladas de recicláveis e mais de US\$ 100 bilhões ao ano. Dessa forma, a destinação e a reciclagem de lixo, agora, passam a ser uma indústria mundial de alto valor econômico e com grande potencial de mercado.

Entretanto, os resultados provenientes dessa riqueza tamanha são desigualmente distribuídos. Segundo Calderoni (apud LAYARGUES, 2002, p. 189), em São Paulo, a indústria da reciclagem embolsa a maior parte dos ganhos, chegando a aproximadamente R\$ 215 milhões, ou cerca de 66% do lucro total da reciclagem. O restante dos ganhos é repartido entre a Prefeitura, que retém R\$ 36 milhões (11%), os pequenos sucateiros, que recebem R\$ 32 milhões (quase 10%) e os catadores, que obtêm quase R\$ 43 milhões (13%). Sendo que, no Brasil, os ganhos oriundos da economia proporcionada pela reciclagem giram em torno de R\$ 4,6 bilhões anuais (IDEM, p. 198).

Sendo que, a coleta feita pelos catadores de rua também não pode ser desconsiderada do ponto de vista econômico. Pois, mesmo não aparecendo, os catadores, igualmente da cidade de São Paulo, conforme, Gonçalves e Abegão (apud MICHELOTTI, 2006, p. 141), coletam cerca de 750 ton/dia de materiais recicláveis, que deixam de ser destinadas aos aterros sanitários. Este volume de material se fosse aterrado

geraria um custo anual de R\$ 15 milhões para os cofres públicos que seriam destinados às rubricas de coleta, transporte e operacionalização de aterramento.

Mas, apesar de toda a economia gerada, os catadores permanecem como sendo operários terceirizados pela indústria da reciclagem. Só que, operários que se encontram sem quaisquer direitos ou garantias trabalhistas. Tendo garantido apenas uma renda mínima necessária para sua sobrevivência obtida através da venda aos intermediários comerciais desta indústria que estabelecem os valores que lhes vão ser pagos. Isto é o que Legaspe (apud MICHELOTTI, 2006, p. 84-85) chama de “inversão histórica do capital”. Onde, os preços de mercado são determinados não por aqueles que possuem a mercadoria, mas, ao contrário, pelos seus compradores.

Isso ocorre por quê, empresas como a Latasa, em relação às latas de alumínio, a Gerdau, em se tratando de sucata ferrosa, ou a TetraPak, produtora das embalagens longa-vida, são basicamente as únicas empresas que compram esses produtos dos intermediários, ao mesmo tempo que são também fornecedoras de produtos finais. O que as leva a obter um “*extraordinário poder de negociação*” (LAYARGUES, 2002, p. 189).

Outro fator, é o que se chama de “*verticalização*” pelas empresas do ramo (CARDOSO, 2009). A verticalização ocorre através da compra de empresas intermediárias (sucateiras) da cadeia produtiva por grupos maiores. Este procedimento permite, assim, a incorporação de novas unidades empresariais o que fomenta um maior controle sobre as relações de mercado, e, portanto, maiores possibilidades de combinação dos a serem praticados.

Ainda que, organizações de catadores (associações e cooperativas) possam ter angariado um pouco mais de poder nas negociações de preço dos materiais, em relação aos catadores individuais. O mercado de recicláveis é constituído por um pequeno número de compradores, ou seja, por um “oligopsônio” que estabelece os preços a serem pagos pelos recicláveis (GONÇALVES, 2003, p. 143). Ou seja, o “oligopsônio” é um formato de mercado onde existem poucos compradores (“oligopsonistas”) das mercadorias oferecidas por muitos vendedores. Sendo, “oligopsônio” o inverso do “oligopólio”, onde apenas alguns vendedores oferecem mercadorias a muitos compradores. Mesmo, que essa forma de mercado possa significar, apenas, uma “relação imperfeita de mercado” (se é que existe alguma que seja perfeita). Ela se constitui numa das engrenagens responsáveis pela descomunal concentração de riquezas no interior dos ciclos produtivos que movem a reciclagem.

Martins (2005, p. 131-132), no entanto, afirma que apesar de muitos assessores e lideranças de catadores acharem que as empresas da indústria e do comércio de recicláveis são ótimas parceiras, devido à algumas facilidades concedidas aos grupos de catadores. Não podemos desconsiderar o fato dos catadores não possuírem nenhum mecanismo de controle sobre a formação dos preços dos recicláveis coletados e vendidos neste mercado. Pois é exatamente isto o que ocasiona a baixa remuneração, por eles, obtida.

Sobre isto, Jordan (apud DEMO, 2002, p. 44) esclarece que os “*mercados produzem complôs que bloqueiam os benefícios potenciais da competição para o pobre (...). Pobreza e exclusão refletem o sucesso de grupos que procuram vantagem numa economia competitiva e num ambiente político*”. Ou seja, a organização dos interesses tende a formar “coalizões distributivas” para ganhar vantagens à revelia daqueles que se encontram dispersos ou que não conseguem competir (IDEM).

Mas, o que mais nos assusta, é a quase que inexistência de políticas para amparar o catadores e não deixar que eles sejam abandonados “*ao sabor do laissez-faire*” assimétrico do mercado de recicláveis (LAYARGUES, 2002, p. 179).

A partir dessas constatações, Boeira (2009) introduz a idéia de “nó sistêmico” que significa a proeminência de um “*enfoque ecológico-econômico unilateral*”. Sendo ocasionado, porque, os administradores pretendem somente apresentar percentuais de crescimento da coleta seletiva, assim, como a sua viabilidade econômica. E, esquecem-se de agregar a isto uma visão social mais ampla, que possa contemplar os catadores. É justamente na falta de complementaridade entre os aspectos ecológicos, econômicos e sociais que reside o “nó sistêmico”. Este “nó” nos remete a um significado extremamente reducionista sobre o modo como nos relacionamos e procuramos dar o devido encaminhamento a toda uma complexa questão social a que é equacionada de forma simultânea à destinação correta dos resíduos.

Sendo que, é este “nó” que não nos permite consolidar e disseminar uma demanda social específica pela criação de políticas públicas que possam ir além das dispersas e isoladas iniciativas de criação de cooperativas de catadores que não se convertem nunca em articulações maiores e mais coesas. Sendo incapazes de, por si só, transformar os processos de trabalho e de organização dos catadores em uma vigorosa ação política e pública (LAYARGUES, 2002, p. 180).

Os poucos projetos implementados ganham, assim, cada vez mais um caráter fragmentário, pois voltam-se para uma concepção de comunidade local, de bairro e de grupo. E, acabam por desconsiderar o significado da integração e da solidariedade que transpõe o nível local. Pois, o local pode ser desprovido de sua potência (e vir a representar uma “anti-força”) se perder de vista as causas mais gerais (e até “globais”) de suas lutas (DEMO, 2002, p. 23).

Entretanto, chega a nos parecer até estranho, que projetos pensados para enfrentar aspectos localizados da problemática social da reciclagem tenham um caráter tão fragmentário. Visto que, qualquer ação nesta área possui um imenso potencial de se converter em política pública, porque, facilmente, se pode chegar a atingir um caráter maior e mais geral. Isto ocorre, pois, poderíamos dizer que “antropologicamente”, todos nós produzimos resíduos, e que, de modo inescapável, todos temos que nos relacionar com ele. E, principalmente, com as pessoas que com ele trabalham.

Só que, no contexto da reciclagem no Brasil, o que vigora é a mercantilização das relações sociais. Onde, a sociedade da mercadoria e do dinheiro a tudo reifica, sobretudo o trabalhador (IDEM, p. 116). Assim, os catadores se tornam também objetos da indústria da reciclagem que, por sua vez, não os reconhece e, muito menos, os valoriza.

No entanto, enquanto não são concretizadas equações plausíveis para esta questão social, os catadores permanecem, como os trabalhadores do início do processo de industrialização (CASTEL op. cit.). Congregados, não se sabe até quando, em torno dos centros urbanos. O catador segue sendo, ao mesmo tempo, objeto e vítima do processo produtivo da reciclagem.

Além disso, em contextos urbanos, emergem outros tantos significados, muitos dos quais, sujeitam os catadores a processos excludentes.

Catadores, processos excludentes e cidade

O significado da realidade urbana, como o lugar onde os catadores vivem e trabalham, é outro aspecto importante que devemos ressaltar. Pois a urbanidade, cada vez mais agrava-se enquanto elemento crítico da questão social contemporânea (WANDERLEY, 2004, p. 128). Isto por quê, as políticas urbanas que privilegiam interesses privados vem relegando, através da expulsão do espaço urbano, os pobres a um “*nomadismo sem direito às raízes*”. O que condena esses contingentes populacionais a

terem negado seu acesso aos “benefícios urbanos”, em termos de saúde, educação, lazer e serviços públicos diversos (VÉRAS, 2002, p. 33). Neste mesmo sentido, estudos do Cebrap (apud GRIMBERG, 2007, p. 105) demonstram que quando residem em áreas com maior infra-estrutura urbana, os pobres conseguem dispor e até mesmo ampliar o acesso aos serviços públicos e às oportunidades de trabalho.

Mas, entretanto, procuramos tratar das condições de vida dos catadores nos centros urbanos. O que geralmente nos salta aos olhos é o fato da maioria deles não possui condições dignas de habitação e moradia. Neste sentido, Sosniski (2006, p. 12) ressalta que os catadores geralmente residem em vilas, áreas de ocupação irregular ou mesmo embaixo de pontes e viadutos. Situados geralmente próximo aos sucateiros (donos de depósitos) que compram os materiais por eles coletados e separados. Muitas vezes, o armazenamento de materiais recicláveis também ocorre nos próprios domicílios. O que pode tornar recorrentes os casos de incêndios em seus locais de moradia (BORTOLI, 2009, p. 109).

Outro aspecto que parece piorar, e em muito, a vida dos catadores. É que os mesmos, em grande parte das vezes, se encontram a mercê dos chamados atravessadores, conforme vimos acima. Estes contam com a força de trabalho de um expressivo contingente de catadores, aos quais, muitas vezes, emprestam-lhes os meios logísticos necessários à coleta. Só que estes atravessadores, geralmente, colocam como condição que o material não seja repassado a outros intermediários (SILVA e ROSADO, 2009, p. 8). Fato que nos faz refletir sobre a não-propriedade de meios de produção por parte dos catadores. O que os expõem a uma extrema dependência com os atravessadores. Ao final isto reforça o formato oligopsônico do mercado, conforme visto anteriormente. Onde, ao assim somarmos todos estes fatores, obteremos uma relação, quase que, escravista. Porque, o catador é obrigado a vender o material para o dono de seu carrinho (EQUIPE, 1991, p. 73). Sendo que, para piorar, muitas vezes esta comercialização caracteriza-se pela troca de recicláveis por leite ou outros alimentos com os atravessadores (BORTOLI, 2009, p. 109). Também pode ocorrer de certos atravessadores chegarem a trocar materiais recicláveis por álcool e drogas (EQUIPE, 1991, p. 73).

Entretanto, por pior que sejam essas relações, elas são reforçadas pelo provimento de uma espécie de crédito, ou seja, um tipo de empréstimo financeiro feito ao catador. O que gera uma dívida deste para com o dono do depósito. Este proprietário, em

diversas ocasiões, também pode ser o dono do “barraco” que o catador mora e onde a sua família separa o material recolhido (SILVA e ROSADO, 2009, p. 8).

No entanto, como forma de se obter um pouco mais de independência com relação aos atravessadores. Muitos catadores inventam seus próprios meios de conseguir materiais recicláveis a serem coletados na cidade. Entretanto, como eles não conseguem acessar meios com mais tecnologia agregada. Os mesmos desempenham a coleta com os meios que possuem ao seu alcance, tais como sacos, carrinhos improvisados e carroças. Sendo que, alguns entre eles, conseguem adquirir veículos motorizados como utilitários e pequenos caminhões, só que todos, geralmente, se encontram em péssimo estado de conservação.

Todavia, o que mais pode acontecer é muitos catadores se sujeitarem a sua própria reificação como forma de escapar de processos excludentes. Estamos aqui tratando de um fenômeno muito maior que o desemprego, pois, estamos tratando da própria “*degradação da condição trabalhadora*” (CASTEL apud WANDERLEY, 2004, p. 135). No entanto, para compreendermos essa degradação, precisamos verificar, os processos de flexibilização e precarização do trabalho, como questões contemporâneas, pelas quais os indivíduos vêm sendo associados a significados, tais como “não-úteis” e “não-necessários”. Tais significações atribuídas aos sujeitos são o que abrem caminho para o fortalecimento de um “apartheid social”. Pois tipifica-se, ou melhor, estereotipa-se o outro, não como um sujeito diferente, ou até mesmo, um desigual. Mas como um “não-semelhante”. Um ser excluído do gênero humano, um “não-humano” (NASCIMENTO apud IDEM, p. 129).

Portanto, a partir desses significados que conferem vulnerabilidade crescente à imagem social e à própria vida dos catadores. Podemos considerar, sob esta perspectiva, que muitos catadores, mesmo, ao encontrarem no trabalho com os materiais recicláveis, uma forma de reconstrução de laços e vínculos sociais rompidos. Não obstante, eles se envolvem em processos excludentes, proporcionados basicamente pelo significado de desqualificação (CASTEL apud IDEM, p. 132) veiculado aos catadores, em função, da precariedade das suas condições de vida e das suas relações de trabalho.

Poderia-se dizer que tal desqualificação atribuída a eles, já vem de algum tempo atrás, quando ao final de década de 80, Fischer (1989, p. 53) constatava que existiam tentativas de veiculação de uma “*imagem que o catador não é trabalhador e sim vagabundo e marginal*”. Entretanto, o estereótipo da “vagabundagem” sempre foi

rebatido pelos catadores através do constante trabalho, por eles realizado cotidianamente (IDEM).

Porém, isto, não é suficiente para apagar os sentimentos de desconfiança, medo e irritação por parte de segmentos dominantes da sociedade em relação aos catadores. Pois, aqueles atribuem a estes a culpa por serem excluídos. Sem, ao menos, se refletir sobre os fatores que causam e relegam esses sujeitos à exclusão (VÉRAS, 2002, p. 46).

Isto nos remete a um processo de “deslocamento sobre um ‘bode expiatório’” que faz com que sejam atacados os efeitos e não as causas da exclusão. Pois este deslocamento consiste num estado de cólera, que nos leva querer descarregar nossa agressividade não sobre as causas das nossas frustrações. Até por quê, tais causas ou são poderosas demais, ou sequer as identificamos. Sendo isto, o que nos leva a descarregar cólera e agressividade contra alvos mais frágeis e/ou acessíveis (JODELET, 2002, p. 55).

Para uma melhor compreensão deste deslocamento, citamos a opinião publicada em um importante jornal por um vereador de Porto Alegre que já ocupou diversas vezes a pasta da Secretaria do Meio-ambiente da prefeitura desta capital:

“Nas áreas urbanas, as carroças e os carrinhos são usados no recolhimento informal de resíduos, uma das últimas alternativas de sobrevivência da população excluída. É um cenário desolador, muitas vezes composto por animais maltratados e exaustos, pessoas submetidas a uma atividade precária e insalubre, trabalho infantil e condutores desabilitados. É esse cartão de visitas que apresentaremos aos turistas na Copa de 2014” (MOESH, 2009).

Na busca por se estabelecer significados que dêem um sentido, a ser atribuído de forma exógena, à existência dos catadores. As elites porto-alegrenses, como não podem mais traçar o perfil dos catadores como sendo o de “vagabundos”, em função do exercício diário e pesado de sua atividade laboral. As mesmas procuram outros significados que criam e justificam novos estereótipos que são veiculados aos catadores, e acabam constituindo sua “imagem social”. Conforme expresso acima, os catadores são associados à crueldade com os animais, ao trabalho infantil, à desabilitação dos condutores de carroça, etc.

Entretanto, o que mais chama atenção é a possível frustração das expectativas dos turistas com a Copa do Mundo de Futebol de 2014 que terá Porto Alegre como uma das suas sedes.

Assim feitos, os contrastes entre catadores e turistas, acima citados, assinalam o fato de ser muito comum determinados coletivos utilizarem categorizações nítidas de outros grupos sociais feitas através desses contrastes. Entretanto, tais categorizações influenciam nas tendências em discriminar e excluir, bem como nas justificativas que tornam plausíveis tais tendências. Pois, este “contraste inter-grupal” depende muito do status que os grupos gozam, dominantes e favorecidos, ou, dominados e desfavorecidos. Neste sentido, entre os segundos, há uma tendência de enquadrá-los em categorias homogeneizadoras, que constituem identidades fundadas em características exógenas ao coletivo, alvo destas categorizações (JODELET 2002, p. 62-64).

Isto porque, de modo endógeno, catador algum assumiria, de bom grado, as características que foram proferidas pelo vereador em questão.

Dessa forma, podemos constatar que grupos sociais dominados, tais como catadores, demonstram sentimentos de insegurança e de inferioridade típicos de um grupo de status marginalizado que acaba interiorizando alguns aspectos das imagens negativas vinculadas sobre si. Ou seja, as imagens negativas acabam, de forma exógena, por generalizar as categorias que classificam e explicam os comportamentos dos catadores. É como se todos os catadores maltratassem os seus cavalos e explorassem suas crianças. Entretanto, no fundo, estamos diante de um processo de construção de alteridades que privilegia a exclusão através de representações sociais estereotipadas das quais os grupos dominantes se utilizam para regular os contextos de luta e de conflito a seu favor. Pois, em síntese, *“excluir maiorias, mesmo que estas se sintam angustiantemente inúteis (...), implica movimento violento de reorganização dos privilégios sociais”* (DEMO, 2002, p. 34).

Sendo que, algo muito semelhante ocorre em São Paulo, onde em um contexto de pautado por uma “limpeza social da cidade” (GRIMBERG, 2007, p. 104-105) são constituídas e resgatadas significações que pintam os catadores como os sujeitos que sujaram a cidade e atrapalham o trânsito. E que, por isso, não se constituem numa alternativa de prestação de serviços que deva ser considerada através de investimentos públicos.

No entanto, a veiculação desses significados aos grupos sociais vulneráveis existem mesmo para tornar justificar processos excludentes. Como nos processos de exclusão territorial que são realizados pela não-garantia do direito dos catadores aos seus

territórios de trabalho e, portanto, do corte de vínculos sociais que configuram a territorialidade do catador no contexto urbano (SILVA e ROSADO, 2009, p. 7-8).

Todavia, os catadores intencionam por melhores condições de trabalho e por viver em lugares mais dignos. De jeito nenhum, eles pretendem perder seu trabalho e seu território. Como ilustra Sosniski (2006, p. 47), o catador, sua atividade e seu espaço estão organicamente amalgamados sendo impossível dissociá-los completamente.

Sendo assim, uma série de ameaças e vulnerabilidades configuram o cotidiano dos catadores marcado precariedade de trabalho, moradia e mobilidade urbana. Tudo piorado pela total ausência de direitos e garantias sociais vinculados ao seu trabalho, que contribui para a reificação que os catadores sofrem por parte da estruturação do mercado que envolve a indústria dos recicláveis.

Entretanto, todos estes fatores nos ajudam refletir sobre a possibilidades que outros significados que possam emergir de toda uma complexa questão social vinculada aos ciclos mais básicos dessa cadeia produtiva. E que, no entanto, na ausência destes outros significados, nos parece que as soluções que são encontradas para esta grave questão social, por parte das elites, continua sendo a total a repressão policial.

Sobre esta forma particular de encaminhamento da problemática em questão. Os catadores lembraram muito bem, em uma manifestação pública em Porto Alegre ocorrida em 09 de junho de 2005². Onde através de uma grande faixa estendida em frente à prefeitura podia-se ler: “Senhor prefeito, questão social não é caso de polícia!”. Sendo que, tais dizeres, inevitavelmente, nos remetem a forma antiga de como o governo Washington Luis (1926-1930) tratava os movimentos sociais no final da República Velha (PIRES, 2009). E que, na grande maioria dos casos atuais, parece não ter mudado em muita coisa.

Mas, mesmo quando a questão social em pauta remonta e reproduz relações que já ocorrem há muito tempo e se mantêm através das décadas a fio. O que, então, poderia haver de novo neste cenário? Duas respostas podem ser dadas. A primeira, consiste nos outros encaminhamentos dados a esta questão social, em termos de programas de coleta seletiva que não chegam ser, nem perto, convertidos em políticas públicas que efetivem direitos aos trabalhadores dos ciclos mais básicos da reciclagem. E em segundo, o que

² O planejamento dessa ação encontra-se na Cartilha de Formação Política do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (CARTILHA, 2005, p. 66). Acessível em: http://www.mncr.org.br/box_2/formacao-e-conjuntura/catadores%20cartilha%20web.pdf

realmente novo poderíamos atribuir a este contexto, é a emergência do catador como protagonista de própria questão social. Pois, foi a partir disso, que esta problemática social vem tornando-se cada vez mais clara. E no desafio, assumido pelos próprios catadores em solucionar sua questão social, é que são gerados conflitos em torno dos distintos significados atribuídos tanto ao processo de reciclagem em si, quanto aos catadores enquanto seus sujeitos.

Só que as equações que os catadores sustentam são intentos, muitas vezes bem ou mal formulados, de tradução simbólica de demandas sociais concretas (SCHERER-WARREN, 2008). Estas demandas quando codificadas simbolicamente passam a constituir-se em significações que produzem distintos discursos sobre o mesmo processo de reciclagem e a sobre a mesma questão social.

Veremos, agora, alguns discursos e significados difundidos sobre as formas de como são concebidas reflexivamente os ciclos básicos da reciclagem que os catadores há décadas realizam. E como os distintos significados vinculados nestes discursos influenciam nos encaminhamentos práticos dados a atual questão social da reciclagem.

Catadores, outros significados e encaminhamentos

Os próprios catadores articulados no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) têm uma leitura significativa sobre o mercado e sobre a cadeia produtiva dos recicláveis, como expressa este trecho de um recente manifesto do MNCR:

“O mercado da reciclagem trabalha hoje no Brasil com o que chamamos de cadeia produtiva suja, ou seja, uma cadeia que é sustentada pelo trabalho precarizado de catadores que exercem a atividade sem qualquer vínculo empregatício vendendo materiais recicláveis para ferros-velhos, pequenos, médios e até redes de comércio de sucata. Além do trabalho precarizado, há casos de trabalhos análogos à escravidão, servidão por dívida, aluguel de carroças e trabalho infantil. Situações que violam os direitos humanos dos catadores, um dilema moral do setor da reciclagem que no Brasil, apesar de ser mencionado como um dos maiores do mundo, ainda é mantido pela exploração (...)”
(AUTOGESTÃO, 2009).

Isto demonstra, um pouco, de como esses atores vêm procurando conferir significações éticas e morais para os modos de ação produtiva no ciclo mais básico da cadeia dos materiais recicláveis. A qual o MNCR classifica como “suja”, justamente, pelas relações de precarização e de exploração do trabalho humano dos catadores.

Relações que, mesmo, existindo desde os primórdios do ofício de catador. Somente agora, parecem despertar os grandes problemas típicos de uma questão social.

No entanto, ainda que vejamos essas antigas problemáticas como repetições de uma velha história. Alguns elementos novos, em termos de significados, têm surgido através das interações entre os setores que tornam a indústria e o mercado de recicláveis uma dura e triste realidade para os catadores.

Talvez o que possamos considerar como sendo um certo avanço na constituição de novos significados, não só do ponto de vista do processo produtivo da reciclagem. Mas sim, sobre os diversos aspectos econômicos, políticos e sócio-ambientais. Seja, o termo “integrado” enquanto um elemento definatório de alguns sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos, em âmbitos municipais. E a natureza participativa implicada no conceito de “gestão integrada de resíduos sólidos” capaz de, possivelmente, garantir espaços de participação para diferentes atores envolvidos desde a geração dos resíduos até o seu processamento final (SILVA e ROSADO, 2009, p. 3).

Esta perspectiva parece compartilhada pelos catadores procuram demandar sua participação como forma de integração no interior dos modelos de gestão de resíduos:

“(...) lutando pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados, desde a execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento final dos materiais (...)” (CARTILHA, 2005, p. 8).

Entretanto, mesmo que a qualificação “integrada” tenha sido posta como definitiva em muitos programas de gestão de resíduos. A participação efetiva dos catadores ainda permanece uma quimera. Pois, os resíduos e a reciclagem continuam sendo tratados de forma técnica, econômica e ambiental. Enquanto que a questão social que diz respeito aos catadores, continua sendo tratada como caso de polícia.

Exemplo disto, é que já na administração da Frente Popular³, a prefeitura acusava os catadores de cometerem o que eles chamam de “roubo de lixo”. Pelo fato de muitos catadores se anteciparem na coleta dos materiais antes da passagem dos caminhões a serviço da coleta seletiva da prefeitura (DUTRA et al, 2009, p. 6). Sendo que, em contrapartida, os catadores acusam a prefeitura de ter se apropriado, de forma

³ A frente popular consistiu na coligação dos partidos: PT, PCdoB, PCB e PSB que governou a Prefeitura Municipal de Porto Alegre por quatro mandatos consecutivos de 1988 a 2004. Período em que foi implantado o Programa Integrado de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Domiciliares em 1990 (COLETTI e ROSADO, 2007, p. 9).

indevida, do “lixo” que era exclusividade dos pobres e dos catadores (SOSNISKI, 2006, p. 74).

Esse processo de coleta realizado pelos catadores foi denominado de “reciclagem clandestina” por prefeituras que entendem que a coleta de materiais feita por terceiros, sem o seu consentimento, é um atividade ilegal. Não constituindo, por isso, um serviço prestado à municipalidade (LEGASPE apud MICHELOTTI, 2006, p. 142).

Estas formas díspares de interpretação do significado da coleta seletiva feita pelos catadores, nas circunstâncias atuais, é o que vem acionando e mantendo o acirramento do conflito entre a “coleta seletiva formal”, de um lado, e a “coleta seletiva informal”, de outro (SILVA e ROSADO, 2009, p. 8).

Isto acarretou na diminuição do volume de materiais de materiais coletados pela coleta seletiva formal tal como mostra o quadro abaixo:

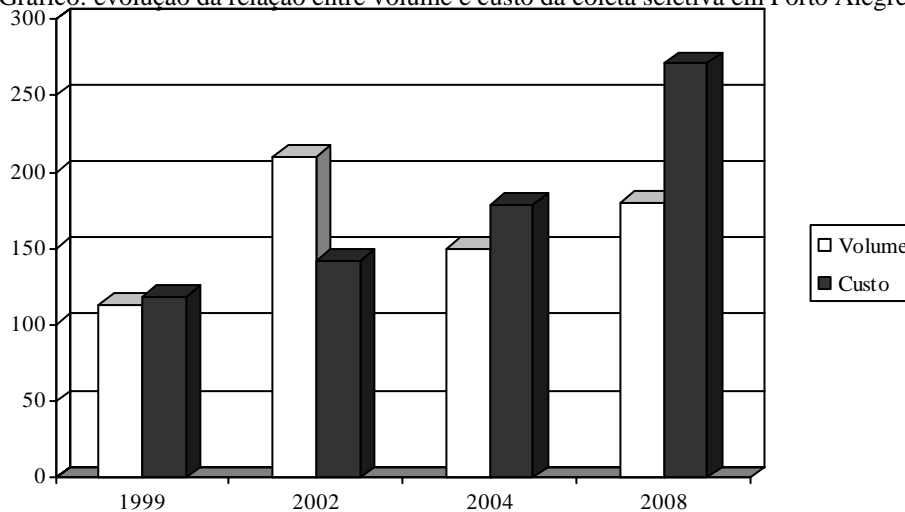
Quadro: evolução da relação entre volume e custo da coleta seletiva em Porto Alegre

	Volume (t/mês)	Custo (R\$/t)
1999	1.130	118,59
2002	2.100	141,90
2004	1.500	178,45
2008	1.800	270,99

Fonte: CEMPRE (2008)

Em compensação, em quanto os volumes baixavam, os custo para coletar os resíduos de forma seletiva aumentavam, subindo desenfreadamente. Para termos uma idéia, dividimos o volume, expresso pelo quadro acima, em dez partes para fins de comparação, e obtivemos o seguinte gráfico:

Gráfico: evolução da relação entre volume e custo da coleta seletiva em Porto Alegre



Fonte: adaptação CEMPRE (2008)

Assim, mesmo se estabelecendo simbolicamente, o conceito de “gestão integrada de resíduos sólidos”. Seu significado ainda é demasiado abstrato. Pois se estivesse claro, talvez nos fosse possível visualizar outro quadro que não o de total “desintegração” que vigora atualmente. Tal desintegração se expressa num grave conflito que tem suas conseqüências sofridas e custeadas por toda a sociedade.

Sendo que, para os catadores, os significados que legitimam os processos excludentes no contexto urbano, são induzidos entre os próprios trabalhadores da reciclagem. Através da acusação de que os catadores “informais” retiram o material dos catadores “formais” (conhecidos em Porto Alegre como “recicladores”). Isto intensifica um perigoso conflito entre pobres, que no entanto, são fruto de uma mesma questão social.

Isto ocorre, porque, de acordo com dados do CEMPRE (op. cit.). Do montante de material que é coletado, apenas 60 t/dia são recolhidas pela coleta seletiva oficial. Esta coleta é destinada para abastecer os galpões dos “recicladores”. Já, conforme Martins (2005, p. 35), na outra ponta, os catadores “informais” coletam, no mínimo, o dobro. Ou seja, 120 t/dia. O que acarreta na diminuição da renda dos “recicladores”, em função da queda da quantidade e de qualidade dos materiais, pois os catadores estariam “roubando” materiais recicláveis e deixando apenas “rejeitos” para os galpões (SILVA e ROSADO, 2009, p. 8).

Esta conflitualidade induzida entre “catadores de rua” e “recicladores de galpão” foi observada por Michelotti (2006, p. 133-134) ao constatar a existência de um discurso que prima pela retirada dos catadores das ruas para confiná-los no espaço restrito de um galpão de reciclagem. Enquanto um modo de formalização da sua atividade, a partir da incorporação de normas sociais dominantes, como a constituição de associações ou cooperativas de recicladores. Sendo, isto, também usado como estratégia de remoção dos catadores do espaço viário de Porto Alegre:

Tirá-los da rua é a ordem do dia, seja porque possam, (...), estar “dificult[ando] o trânsito nas grandes cidades e compromet[endo] os sistemas oficiais de gerenciamento de resíduos sólidos”, seja porque evocam uma profunda sensação de mal-estar e de sujeira, “ocasion[ando] problemas ambientais graves” (...) – afinal, quem trabalha com lixo com ele acaba se confundindo. Poderia mesmo se dizer que a construção de um status fica atrelada à sua vinculação a um grupo devidamente formalizado...(IDEM).

Entretanto, existem outros sentidos sendo gestados, que não os que são pautados pelo *status quo*. Como exemplo dessas novas formas de se visualizar a problemática social dos catadores. Podemos citar o excerto deste artigo escrito por um apoiador do MNCR e que procura difundir outros significados sobre a atividade dos catadores de rua nos centros urbanos:

E vale notar a evolução dos catadores que operam nas ruas de todas as cidades brasileiras, organizados no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Calcula-se que haja 1 milhão de pessoas trabalhando no País com coleta seletiva. Na prática, executam três operações importantes e custosas: a apanha dos materiais das latas de lixo, o transporte em carrinhos e a separação deles. Por isso, recebem somente o valor da venda do material reciclável. É, provavelmente, o trabalho mais mal remunerado pelo que gera de valor entre todas as formas de se ganhar a vida hoje. Ainda assim, os catadores vêm estabelecendo uma relação fundamental com a sociedade, prestando serviços baseados na freguesia fixa e em vínculos de economia solidária (BLEY, 2009).

Assim, procurando munir-se de outros significados para os catadores de rua e o seu trabalho cotidiano. É que se procura estabelecer, inclusive, outro conceito que consiga extrapolar as noções de “formal” *versus* “informal” orientados pelo conflito estabelecido entre coleta seletiva realizada por catadores de rua e a coleta feita por prefeitura de forma terceirizada ou concedida para empresas prestadoras de serviços de limpeza pública.

Alguns elementos deste novo significado são manifestados quando se ressaltam as dimensões sociais implicadas na “questão do lixo”, tal como se verifica neste outro trecho do mesmo artigo acima:

A questão do lixo não será resolvida por empresas que nada têm a ver com as cidades. Contratar oficialmente os catadores como prestadores de serviços de limpeza pública nos municípios é uma proposta. Nessas pessoas que nos recusamos a ver pode estar a solução – a um só tempo social e gerencial – para o lixo nosso de cada dia (IDEM).

A visão expressa acima é plenamente compartilhada pelo MNCR em sua luta por estabelecer um outro significado para a coleta seletiva que passe pela realização de novo modelo de caráter solidário. Isto feito para que se possa apresentar uma outra forma de encaminhamento à questão social da reciclagem que não passe por simples processos excludentes ou pela repressão física. Esta outra significação é proposta pelo Movimento com o conceito de “coleta seletiva solidária” (CSS) que consiste em três ações básicas de referência (DIAGNÓSTICO, 2009):

Estruturação – através da construção de galpões para os catadores, aquisição de equipamentos adequados e, logística de beneficiamento e comercialização;

Valorização do trabalho – que se daria através da contratação das organizações de catadores e pelo pagamento dos serviços prestados pelos catadores nos domicílios;

E formação permanente – via processos de capacitação dos catadores para a autogestão, oficinas em escolas feitas pelos catadores, campanha porta-a-porta e palestras para grandes geradores (indústria, comércio, grandes condomínios e repartições públicas) com a finalidade de operacionalização da CSS junto a esses setores.

A partir destes outros significados que nos remetem a formas de ação, é que se torna possível constatar que os modos de encaminhamento que podem ser dados à questão social da reciclagem passam, necessariamente, pela construção de significados. Sendo que os diferentes atores se posicionam nos espaços de debate e deliberação de acordo com esses significados que emergem de concepções que primam pela exclusão dos catadores. Ou, ao contrário, por concepções provenientes das demandas destes atores, e que promovem a inclusão através de ações sociais e políticas pautadas pela redistribuição de poder e riqueza oriundas do trabalho nos ciclos produtivos da reciclagem.

Considerações finais

Para finalizar esta sucinta análise interpretativa podemos concluir brevemente que os significados interferem nos encaminhamentos práticos que são dados a questão social da reciclagem de quatro formas diferentes:

A primeira forma, se constitui ao, inclusive, se negar a existência mesma da problemática social que envolvem a reciclagem. Ao serem evocados somente os significados econômicos e ambientais que a tangenciam. O que acaba servindo para tornar secundária a dimensão social e humana deste processo.

A segunda, como uma consequência desta primeira, diz respeito a possibilidade de se haver um processo produtivo de reciclagem desprovido de catadores. Onde consumidores e gerados de resíduos destinariam diretamente os seus resíduos para a reciclagem, preocupados apenas com a dimensão econômica e ecológica do seu ato. Desconsideram-se, assim, os significados sociais, culturais e políticos imbricados na reciclagem. Tais como a geração indiscriminada de resíduos por causa de uma cultura

consumista, ou mesmo a questão social ocasionada pela acumulação de capitais oriundos do processo de reciclagem.

Já a terceira forma, como os significados influenciam nas formas de encaminhamento da questão social da reciclagem, se refere aos significados vinculados em categorizações, estereótipos e contrastes que associam os catadores à desqualificação, acidentes de trânsito, maus tratos aos animais, exploração de trabalho infantil, informalidade, etc. E que justificam, a partir disso, os mecanismos que excluem os catadores do espaço urbano e do acesso e da melhoria de seus territórios de vida e de trabalho.

E por último, os catadores também produzem os seus próprios significados ao tematizarem a sua própria questão social e procurarem lhe dar um encaminhamento adequado, através de outras concepções sobre as suas relações de trabalho e de suas condições de vida nos centros urbanos.

A partir disto, é que são gerados distintos sentidos para as ações dos atores em práticas de conflitos sociais e espaços de polarização que se formam em torno de significados díspares que se desdobram em reflexos políticos e institucionais.

Onde, agindo, dessa forma, os atores se colocam constantemente à prova a cerca das possibilidades de se integrarem em processos mútuos de interdependência. Ou se, ao contrário, os atores mantêm e aprofundam sua fragmentação e as suas desigualdades que se traduzem através de significados antagônicos que conduzem ao conflito, e em situações limites, ao colapso.

No entanto, os catadores, ao procurarem equacionar a questão social da reciclagem, a qual estão inseridos, vão se constituindo em sujeitos ativos, através da reflexividade conjugada a produção de novos significados e ações enquanto condição de igualdade para se intervir efetivamente nas decisões que envolvem a sua própria questão social.

Referências bibliográficas

AUTOGESTÃO: Catador é profissão, catador não tem patrão. **MNCR**. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/box_2/noticias-regionais/autogestao-catador-e-profissao-catador-nao-tem-patrao>. Acesso em 29/7/2009.

BLEY, Cícero. **O lixo nosso de cada dia**. Disponível em <<http://www.mncr.org.br/artigos/o-lixo-nosso-de-cada-dia>>. Acesso em 29/07/2009.

BOEIRA, Sérgio L. **Coleta seletiva de lixo: o nó sistêmico**. Disponível em: <<http://www.imoveisvirtuais.com.br/lixo.htm>> Acesso em 6/7/2009.

- BORTOLI, Mari A. **Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos.** Revista Katál v. 12 n. 1, Florianópolis, p. 105-114, 2009.
- CARDOSO, Alexandro. **O Catador não pode pagar pela crise!** Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/artigos/o-catador-nao-pode-pagar-pela-crise>>. Acesso em 11/09/2009.
- CARTILHA de formação. **Setor de comunicação do MNCR**, São Paulo, julho de 2005.
- CASTEL, Robert . **As transformações da questão social.** In BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. BÓGUS, Lucia. YAZBEK, Maria C. (orgs). Desigualdade e a questão social. Educ, São Paulo, p. 235-264, 2004.
- CEMPRE, **Pesquisa Ciclosoft 2008.** Disponível em: <http://www.cempre.org.br/ciclosoft_2008.php>. Acesso em 19/10/2008.
- COLETTI, Diego e ROSADO, Rosa M. **Por uma cartografia da reciclagem de Porto Alegre, Brasil:** economia informal, dimensão socioambiental e cultural. Texto apresentado para o IX Colóquio Internacional de Geocrítica. UFRGS. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/rosado.htm>>. Acesso em 18/03/2009.
- DEMO, Pedro. **O charme da exclusão social.** Campinas, Autores Associados, 2002.
- DIAGNÓSTICO da situação dos resíduos em Santa Cruz do Sul. **MNCR**, maio de 2009.
- DUTRA, Luiz A. et al. **Combate a pobreza e resíduos sólidos: como o lixo pode ser instrumento de inclusão social.** Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/v_en/Mesa5/1.pdf>. Acesso em 15/07/2009.
- EQUIPE da pastoral de rua, arquidiocese de Belo Horizonte. **Os catadores re-vivem.** Revista de educação AEC, ano 20, n.º. 81, Brasília, 1991.
- FISCHER, Nilton Bueno. **A luta emancipatória entre os catadores de lixo na periferia de Porto Alegre:** a provisoriidade da educação pelo trabalho. Revista de Educação AEC, ano 18, n.º. 73, p. 49-57, Brasília, 1989.
- GONÇALVES, Pólita. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos.** Série Economia Solidária, n. 5. Rio de Janeiro, DP&A, Fase, 2003.
- GRIMBERG, Elisabeth. **Coleta seletiva com inclusão social:** Fórum Lixo e Cidadania na cidade de São Paulo – experiências e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.
- HISATUGO, Érika e JÚNIOR, Oswaldo M. **Coleta seletiva e reciclagem como instrumentos para conservação ambiental:** um estudo de caso em Uberlândia, MG. Sociedade & Natureza, n. 19, Uberlândia, p. 205-216, 2007.
- JODELET, Denise. **Os processos psicossociais da exclusão.** In SAWAIA, Bader B. (org). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes, Petrópolis, 2002.
- LAYARGUES, Philippe P. **A cortina de fumaça:** o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo, Annablume, 1998.
- _____. **O cinismo da reciclagem:** o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, p. 179-220, 2002.
- MARTINS, Clitia Helena B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo:** dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. Porto Alegre, RS, Teses FEE n. 5, 2005.
- MICHELOTTI, Fernando C. **Catadores de “lixo que não é mais lixo”:** Um estudo da dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de organização

- coletiva no Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado, PPGS – UFRGS. Orientador: Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo. Porto Alegre, 2006.
- MOESH, Beto. **Reciclagem e redução das carroças**. Opinião, Correio do Povo. Porto Alegre, p. 4, 12 set. 2009.
- PANORAMA dos resíduos sólidos no Brasil 2006. **Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais**, ABRELPE, 2006. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br>>. Acesso em: 28/05/2007.
- PIRES, Paulo. **A questão social é caso de polícia?** Disponível em: <<http://www.nucleodenoticias.com.br/2009/02/18/a-questao-social-e-caso-de-policia/>>. Acesso em: 18/08/2009.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?** Cad. CRH. v. 21, n. 54, p. 505-517, 2008.
- SILVA, Eliane S. e ROSADO, Rosa M. **Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos em Porto Alegre/RS: e os catadores?** Disponível em: <http://egal2009.easypanners.info/area08/8160_Rosado_Rosa_Maris.pdf>. Acesso em 12/07/2009.
- SOSNISKI, Cristina. **Repensando fronteiras entre o lixo e o corpo**: estudo etnográfico sobre o cotidiano de recicladores, catadores e carroceiros na Ilha Grande dos Marinheiros. Dissertação de Mestrado em Antropologia. UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- STREB, Cleci S. e BARBOSA, Sônia R. C. S. **Coleta informal de resíduo e reciclagem**: suas interfaces com as questões energéticas, sociais e ambientais da modernidade. Trabalho apresentado no GT06: Energia e Meio Ambiente no II Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Indaiatuba, São Paulo, 26 a 29 de maio de 2004.
- VÉRAS, Maura P. B. **Exclusão social**: um problema de 500 anos. Notas preliminares. In SAWAIA, Bader B. (org). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes, Petrópolis, 2002.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **A questão social no contexto da globalização**: o caso latino-americano e o caribenho. In BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. BÓGUS, Lucia. YAZBEK, Maria C. (orgs). Desigualdade e a questão social. Educ, São Paulo, p. 51-162, 2004.